Resolução CNJ n.525/23: Desafios para Efetivação

2024 3ª edição

> Mulheres na Justiça

novos rumos da

Resolução CNJ n. 255

Salise Sanchotene
Desa.Federal TRF4







Dados de Pessoal do Poder



Nota Explicativa

Magistrados(as)

Servidores (as)



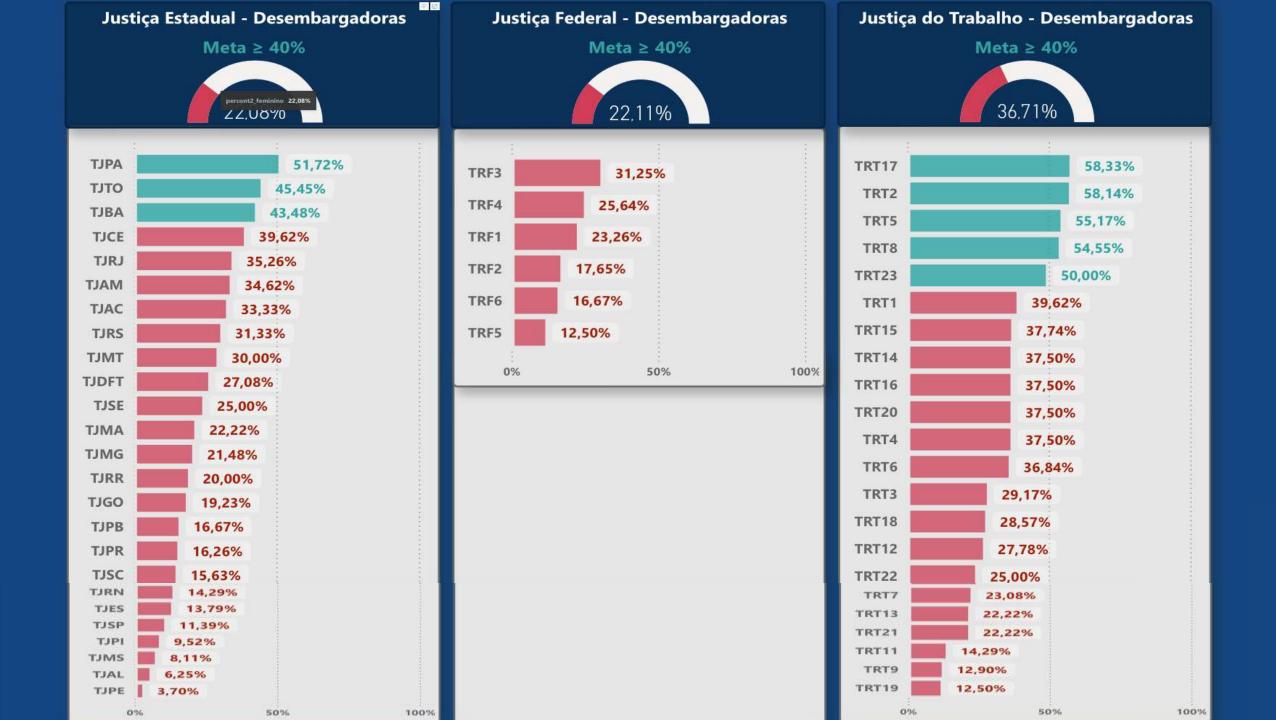


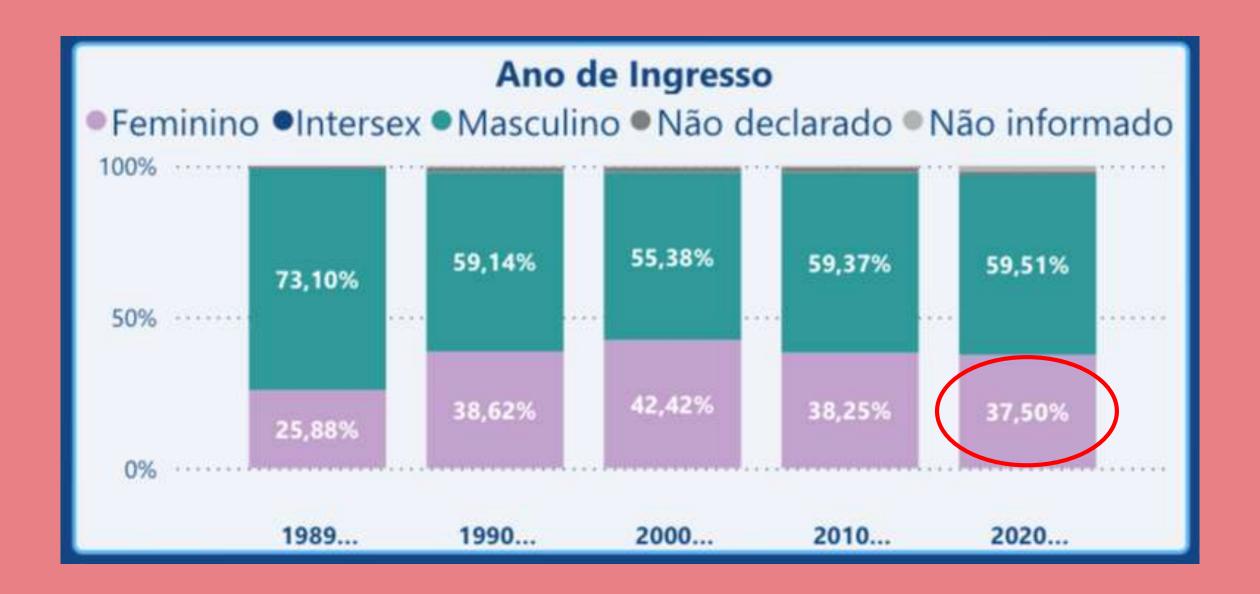


Dados Gerais

Sexo

Acompanhamento Res. CNJ nº 525/23





Desafios e Perspectivas

Resolução CNJ n. 525/2023

- Monitoramento da política, que será de longo prazo em muitos tribunais
- Enfrentar interpretações desvantajosas (lista remanescente)

Ampliação normativa

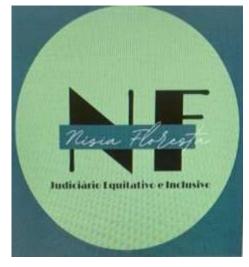
- Ação afirmativa também no acesso aos tribunais por antiguidade
- Política semelhante para as promoções de juízas no primeiro grau
- Política para ampliação das mulheres nos tribunais superiores
- Exclusão do período de lactação no lapso temporal considerado para a pontuação de produtividade das magistradas
- Manutenção da gratificação de cumulação de acervo durante a licença gestante

Promoção da mudança cultural

• Implementação efetiva da Resolução CNJ n. 540/2023, para visibilidade das mulheres de diferentes raças em todos os campos e níveis da instituição

Resolução CNJ n. 525/2023 | Coletivos











Fiscalização
das ações
afirmativas de
gênero pelos
coletivos de
mulheres





Desembargadora Salise Sanchotene

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

gsalise@trf4.jus.br

(51) 3213-3241

(51) 3213-3242